

Comissão de Transportes da Alesc discute projetos ferroviários para SC

A Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura da Assembleia Legislativa realizou, na noite desta quarta-feira (22), uma audiência pública para tratar dos planos para o modal ferroviário em Santa Catarina. O encontro foi proposto pelo presidente do colegiado, deputado Antídio Lunelli (MDB), que defende investimentos em ferrovias como estratégia para o desenvolvimento do estado.

“A situação da nossa infraestrutura está cada vez pior e os gargalos vão gerar cada vez mais prejuízos, se nada for feito”, disse o deputado. “Os investimentos em ferrovias vão proporcionar melhores condições para o desenvolvimento do estado e assegurar negócios para o futuro de Santa Catarina e do Sul do Brasil.”

Lunelli citou alguns dos possíveis trechos de ferrovias, que serão projetados no estado, entre eles a ligação entre

os portos catarinenses. “Precisamos urgentemente desafogar as rodovias, não podemos mais ficar dependentes da malha viária atual”, comentou.

Pelt
Para os participantes da audiência, a elaboração do Plano Estadual de Logística e Transporte (Pelt), anunciada nesta semana pelo governo estadual, será essencial para apontar as necessidades de Santa Catarina nos diferentes modais, incluindo a ferrovia. “O Estado, hoje, está sem bússola para definir suas prioridades na logística. É tudo um achismo”, afirmou o secretário de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias, Beto Martins.

A respeito das ferrovias, o secretário reconheceu que o assunto é controverso, mas defendeu que Santa Catarina trabalhe em projetos para estudar a viabilidade de linhas férreas, para não perder competitividade perante os demais estados. “O Paraná já está trabalhando nisso

há quase uma década e nós estamos atrasados”, advertiu.

Ele informou que o governo estadual contratou a elaboração dos projetos executivos de dois trechos: Chapecó-Correia Pinto e a ligação dos portos de Itajaí-Navegantes-São Francisco do Sul-Itapoá. Eles devem ser entregues em maio do ano que vem. Caso sejam viáveis, o objetivo do Estado é entregá-los para serem executados pela iniciativa privada.

Sobre a malha federal, Martins destacou que, dos 1,3 mil quilômetros, praticamente 800 não são utilizados. “A concessão da empresa que explora a malha federal termina em 2027 e ela não sabe se vai ter renovação, se haverá uma nova concessão. É uma insegurança muito grande.”

O secretário convidou a Alesc para integrar um grupo de trabalho criado pelo governo estadual para discutir a questão das ferrovias em Santa Catarina.



Foto: Rodolfo Espínola/Agência AL

Custo
O gerente de Transporte e Logística da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Egídio Martorano, afirmou que a ferrovia pode não ser uma opção viável para o estado. “É um modal caríssimo, de difícil viabilidade econômica no mundo todo”, ressaltou. “Fazer uma ferrovia vindo o Oeste, por exemplo, é desafiador, em função do relevo.”

Martorano criada que a elaboração do Pelt será importante para definir até que ponto a construção de ferrovias pode colaborar para melhorar a logística catarinense. “A Fiesc não é contra a ferrovia. É algo muito complexo. Desde 2001 já se gastou 113 milhões de reais em projetos para ferrovia. E qual o resultado desses projetos?”, questionou.

O diretor de Ferrovias da Federação das Associações Empresariais de Santa

Catarina (Facisc), Lenoir Broch, entregou ao deputado Antídio Lunelli um documento no qual a entidade defende a construção de uma ferrovia que interligue o Oeste catarinense. “Só a quantidade de milho que poderíamos transportar para o Oeste, para atender a necessidade da agroindústria, já viabiliza uma ferrovia”, acredita.

A audiência contou ainda com a participação do deputado André de Oliveira (Novo).

Equipes do DER/PR ajudam a recuperar rodovias de duas cidades no Rio Grande do Sul

O Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), autarquia da Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEIL), completou uma semana de atividades emergenciais nas rodovias do Rio Grande do Sul, estado atingido por fortes chuvas e enchentes desde o início desse mês.

Os serviços foram priorizados em dois municípios gaúchos, conforme planejamento do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul (DAER/RS).

Em Santa Tereza, na ERS-444, são realizados os serviços de remoção de barreiras, desobstrução de bueiros, limpeza de valetas, limpeza da pista com

uso de caminhão-pipa, espalhamento de material acumulado na faixa de domínio, sinalização emergencial em pontos de risco e disponibilização de uma carregadeira na pedreira do município.

Em Roca Sales, na ERS-129, está sendo realizado o alargamento de pista e reforço do subleito da rodovia no trecho não-pavimentado, e rebaixamento da faixa de domínio para melhorar a visibilidade. Em um ponto com rampa elevada e sinuosa também estão sendo auxiliados os veículos pesados que passam no trecho, com previsão de realizar correções na mesma para facilitar o tráfego.

Além disso, foram disponibilizados à prefeitura um caminhão

munck e um caminhão-pipa, sendo utilizados para limpeza das vias públicas do município, principalmente no acesso ao hospital local.

As prefeituras de Santa Tereza e Roca Sales estão auxiliando o DER/PR na realização das atividades, que também contam com apoio da polícia rodoviária estadual gaúcha.

Nos próximos dias as frentes de trabalho devem ser deslocadas para outros municípios, de acordo com programação sendo definida pelo DAER/RS.

COMBOIO
No último dia 14 um comboio de equipamentos pesados das superintendências regionais do DER/PR partiram de Curitiba rumo a Bento Gonçalves,



Foto: DER-PR

no alto da Serra Gaúcha, tendo chegado no dia seguinte ao seu destino.

Profissionais do DER/PR foram deslocados para conduzir e operar o maquinário, que incluem quatro caminhões basculantes, um caminhão carroceria,

dois caminhões munck, dois caminhões-pipa, quatro caminhões

prancha, três carregadeiras frontais, uma escavadeira hidráulica, uma retroescavadeira, um trator de esteira e quatro veículos leves de apoio.

A previsão é de permanecer 14 dias no estado vizinho, realizando serviços para melhorar a trafegabilidade das rodovias gaúchas, prazo que pode ser prorrogado a pedido do governo do Rio Grande do Sul.

Assistência Social mapeia necessidades dos migrantes gaúchos nos municípios de SC que fazem fronteira com o estado vizinho

A Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS) continua o mapeamento sobre as necessidades dos migrantes que vieram do Rio Grande do Sul para Santa Catarina em função da situação de Calamidade Pública devido às cheias recentes. Foram ouvidos 26 municípios da região de fronteira com o Rio Grande do Sul numa reunião on-line nesta quarta-feira, 22 de maio. Está prevista para a próxima semana um

encontro semelhante, mas de forma presencial, na região de Araranguá.

“Estamos dando sequência ao trabalho de mapeamento em Santa Catarina para acolhimento dos migrantes que vieram para nosso estado em função da tragédia climática que assolou o Rio Grande do Sul. Continuamos empenhados em planejar a melhor forma de atender essas famílias porque somos um estado que cuida

das pessoas”, lembra a secretária da SAS, Maria Helena Zimmermann.

O objetivo é mapear quantas famílias são, em quais municípios estão e quais são as suas necessidades. Esse documento servirá de base para orientar as equipes de Assistência Social nos municípios e garantir o melhor acolhimento e acesso dessas pessoas a todas as políticas públicas em Santa Catarina. O levantamento está sendo realizado com todos os



Foto: Natália Lisboa/Ascom SAS

municípios de Santa Catarina.

Com a participação do governador do Estado, lança na praia da Barra da Lagoa captura milhares de tainhas

O governador Jorginho Mello esteve com pescadores da praia da Barra da Lagoa, na manhã desta quarta-feira, 22, em Florianópolis, para acompanhar um lançamento para a captura de tainhas. A rede de pesca foi lançada ao mar por volta das 7h30 da manhã e após três horas foi trazida para a areia com aproximadamente 10 mil tainhas, segundo as estimativas dos pescadores.

Conforme a tradição, o peixe é dividido entre os pescadores que

integram o rancho que realizou o lançamento. Quem ajudou a puxar a rede também ganhou uma tainha.

“Tive sorte hoje e fui pé quente com essas milhares de tainhas que foram pescadas. Eu criei a Secretaria da Pesca e Aquicultura para fomentar e ajudar o nosso pescador. Estamos aqui participando desse momento para prestigiar essas pessoas que vivem da pesca e tiram seu sustento do mar”, destacou o governador Jorginho Mello.

A mobilização, no Rancho do Saragaço, envolveu cerca de 20 pescadores e também contou com a presença de outras autoridades como o secretário da Aquicultura e Pesca, Tiago Bolam Frigo e o prefeito de Florianópolis, Topázio Neto.

A pesca de arrasto de praia é uma tradição de Santa Catarina e mobiliza todos os anos centenas de pescadores em todo o litoral. Eles ficam abrigados em ranchos de pesca na beira da praia esperando a época das tainhas

para jogar a rede no mar. A tradição é passada de geração para geração e faz parte da origem açoriana.

“Desde que criou a Secretaria da Aquicultura e Pesca (SAQ), o governador Jorginho Mello tem nos apoiando muito, apoiado o pescador. Já tivemos conquistas importantes como reverter a proibição do cerco traineira que conseguimos para esse ano, aumentamos um pouco a cota do emalhe anilhado e continuamos firmes apoiando o pescador”,

reforçou o secretário Tiago Bolam Frigo. A pesca de arrasto de praia é uma tradição de Santa Catarina e mobiliza todos os anos centenas de pescadores em todo o litoral. Eles ficam abrigados em ranchos de pesca na beira da praia esperando a época das tainhas para jogar a rede no mar. A tradição é passada de geração para geração e faz parte da origem açoriana. “Desde que criou a Secretaria da Aquicultura e Pesca (SAQ), o governador Jorginho Mello tem

nos apoiando muito, apoiado o pescador. Já tivemos conquistas importantes como reverter a proibição do cerco traineira que conseguimos para esse ano, aumentamos um pouco a cota do emalhe anilhado e continuamos firmes apoiando o pescador”, reforçou o secretário Tiago Bolam Frigo.

Especialistas alertam para a responsabilidade humana nos desastres climáticos

As chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul causando destruição não é apenas ação da natureza. É resultado de uma série de fatores que tem um agente no centro da questão: o modo como o ser humano explora o planeta. Este foi o alerta dos especialistas participantes de um debate realizado nesta quarta-feira (22) na Assembleia Legislativa do Paraná. A audiência pública “Enfrentamento aos fenômenos climáticos extremos e prevenção de desastres ambientais em Curitiba” discutiu estratégias e ações para lidar com fenômenos climáticos como tempestades, enchentes e ondas de calor, além de discutir formas de prevenção de desastres ambientais em Curitiba.

O evento contou com a participação de especialistas, gestores públicos e parlamentares, além de representantes da Defesa Civil. A reunião foi proposta pelo deputado Ney Leprevost (União Brasil). De acordo com o parlamentar, a audiência permitiu que técnicos e população contribuíssem com ideias e sugestões para a construção de soluções efetivas e duradouras para os desafios relacionados às mudanças climáticas e aos desastres ambientais.

Ele lembrou que as grandes cidades do mundo já estão se preocupando com muito mais ênfase com a questão ambiental. “A tendência, segundo os cientistas, é que daqui para frente, quando chover, chova muito mais. Quando fizer calor, os dias serão mais quentes; quando ventar, vai ventar mais forte. Isso traz novos desafios, novos problemas

e a necessidade da apresentação de soluções inovadoras. Queremos ouvir especialistas e promover um diálogo com a população. A preocupação com o aquecimento global deve ser uma preocupação de todas as autoridades. Nós precisamos prevenir os desastres ambientais antes que eles aconteçam”, comentou.

A doutora em Ciências Florestais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mariana Schuchovski, demonstrou como a emissão de gases de efeito estufa estão prejudicando o planeta. Ela foi categórica ao afirmar que o ser humano é responsável por isso. “No Brasil, já estamos vivenciando a temperatura com 1,5 grau Celsius acima da era pré-industrial. Conseguimos suportar isso, mas estamos mexendo em um elemento importante, que é uma engrenagem de funcionamento e capacidade de produção da natureza. O que precisamos entender é o efeito causado por gases poluentes que se prendem na atmosfera e aquecem o nosso planeta. Com isso, estamos esticando os extremos climáticos. Isso tem reflexos nas atividades agropecuárias e industriais”, alertou.

O pesquisador público, professor doutor e mestre em gestão urbana Eduardo Gomes Pinheiro também advertiu que alterações climáticas extremas existem e vão acontecer. Para ele, é necessário tratar o assunto com prioridade. “Muito do que não se fez se deve ao fato da crença de que os desastres não acontecem conosco. E o que se observa na cidade, sobretudo no aspecto da gestão, é

que ela fica relegada a planos inferiores. Não faz parte da pauta, apesar de existirem políticas públicas, apesar de existir uma legislação bastante importante sobre isso. Lembramos disso quando acontecem eventos como esse que assola o Rio Grande do Sul, com impactos que não atingem somente a população, mas também se sobrepõem à parte econômica. Nós temos esse grande desafio”.

Carlos Luiz Strapazzon, doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Santa Catarina e líder do Grupo de Pesquisa Regulação do Desenvolvimento Social Sustentável (Redess), lembrou que a realização do debate proposto pela Assembleia Legislativa traz duas importâncias notáveis. “A primeira é a democracia se movimentando para lidar com o problema que é de todos. O segundo é uma prova da nossa resiliência. Se nós seremos capazes ou não de lidar com isso. Quanto antes começarmos, melhor. Então é muito bem-vinda qualquer iniciativa que movimente a sociedade civil, porque esse não é assunto apenas de técnicos, é um assunto de todos”.

O presidente da Associação dos Geólogos do Estado do Paraná, Abdel Hach, também participou do encontro e reforçou a necessidade de se olhar com profundidade sobre o tema. Ele lembrou que as chuvas não são responsáveis pelos problemas, como parece. “As chuvas não causam nada. O que causa são os momentos e condicionantes resultantes de ações antrópicas, ou seja, de responsabilidade do



Foto: Valdir Amaral/Alep

homem”, alertou.

O deputado Goura (PDT) lembrou que o planeta está vivenciando um momento muito grave, em que o enfrentamento climático não é mais uma profecia e sim um alerta do futuro. “As pessoas estão percebendo que a crise climática tem que ser objeto de políticas públicas efetivas. O poder público precisa ter o enfrentamento climático na ordem do dia e no orçamento. Precisamos falar duas coisas: uma é a resposta que vamos dar ao fortalecimento da Defesa Civil, o fortalecimento dos mecanismos de alerta e socorro. Do outro lado, é como estamos trabalhando para adaptar as nossas cidades, mapeando as áreas de vulnerabilidade. Tudo isso tem de estar no planejamento dos gestores públicos. Vivenciamos anos de negacionismo, onde falar de clima parecia que estar falando de uma pauta conspiratória. Os eventos climáticos extremos infelizmente vão ser mais recorrentes e teremos que se preparar para esse novo normal”, avisou.

Poder Público

As respostas do poder público sobre possíveis eventos climáticos extremos no Estado

também foram debatidas durante o encontro. O secretário estadual do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest), Everton Luiz da Costa Souza, destacou que o Paraná trabalha no apoio aos municípios na questão da macrodrenagem. “Os municípios são responsáveis pelas drenagens urbanas, mas temos de oferecer esse apoio do Estado para propor soluções, conduzindo as águas o mais rápido possível para que não haja o acúmulo, o alagamento e enchentes. Estamos preocupados em fazer a prevenção de modo a atender ao que se pode prever atualmente. Temos de tomar esse tipo de cuidado. Fazemos com que os investimentos sejam feitos dentro dos municípios para prevenir realmente esses eventos”, explicou.

O major Daniel Lorenzetto, chefe da Divisão de Gestão de Desastres da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná, explicou como o órgão se prepara para a ocorrência de desastres climáticos extremos. “A Defesa Civil atua nas questões de prevenção, mitigação e preparação através da

gestão de risco. Também atua com resposta e recuperação na gestão de desastres. Além do nosso Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos e Desastres, que faz o monitoramento e emite alertas para a população, trabalhamos com assessoramento nas questões de captar recursos de documentação para dar amparo legal. Estamos preparados para esses eventos. Todos os municípios do Estado possuem um plano de contingência ligado à Defesa Civil. Assim, atuamos na parte de preparação, em que são realizadas simulações em conjunto com as forças de segurança. Temos dado uma resposta eficiente”, encerrou.

Participação

Também participaram do evento o presidente do Instituto Água e Terra (IAT), José Luiz Scroccaro, o diretor de Programas e Projetos da Cohapar, Luís Antônia Werlang, o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR), Daniel Pedro Lourenço, e o coordenador do Conselho Temático do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Sistema Fiep, Nilo Cini Júnior.

Polícia Civil de SC fiscaliza 1.150 postos de combustíveis para garantir segurança e regularidade dos estabelecimentos

A Polícia Civil de Santa Catarina, por meio da Gerência de Fiscalização de Jogos, Diversões Públicas e Produtos Controlados, nesta terça e quarta-feira, 22, em continuidade à operação Postos Seguros, fiscalizou 1.150 postos de combustíveis no estado. A operação contou com a parceria

do Procon.

Durante a ação, foram expedidos 334 autos de infrações e duas interdições. Os estabelecimentos autuados têm até 10 dias para sanar as irregularidades apontadas, caso contrário poderão ser interditados.

Durante o mês de maio, a Gerência de

Fiscalização de Jogos, Diversões Públicas e Produtos Controlados está realizando a operação Postos Seguros em todo o estado. O objetivo é assegurar que os estabelecimentos estejam preparados para receber o cidadão de maneira adequada e segura.



Foto: SCOM | PCSC

Com mais de 200 policiais, Estado intensifica atuação das forças de segurança no Oeste

A Secretaria da Segurança Pública do Paraná lançou no começo da noite desta quarta-feira (22) a Operação Vida Cidade Segura para intensificar o policiamento ostensivo em Cascavel, na região Oeste do Estado. O reforço no policiamento também alcançará Medianeira, Toledo e Marechal Cândido Rondon. A operação conta com mais de duzentos homens e mulheres e cinquenta viaturas.

Policiais civis e militares atuarão em diversos pontos das cidades para promover maior segurança com ações preventivas e repressivas, utilizando patrulhamento aéreo e terrestre, com cães policiais, bloqueios de

trânsito, abordagens e fiscalizações de veículos e pessoas. Toda a atividade da Operação Vida Cidade Segura será acompanhada pelo Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR).

O secretário da Segurança Pública, Hudson Leônico Teixeira, explica que o objetivo da ação é aumentar cada vez mais a segurança do cidadão paranaense. "Vamos focar no policiamento ostensivo, unindo nossas forças com tecnologia e eficiência. Em 2023, tivemos uma redução significativa nos crimes violentos no Estado, o que se deve ao trabalho integrado das forças de segurança. A operação chega em Cascavel e região e vamos

combater o crime nestas localidades", disse.

As operações deste ano estão sendo planejadas há meses para atingir resultados positivos na diminuição de crimes, não só em Cascavel, mas em todo o Paraná. A ação envolve a colaboração entre diferentes órgãos de segurança pública e também incorpora uso de drones, monitoramento e atuação da polícia científica com equipamento de pesquisa para análises de drogas apreendidas, além da atuação da aeronave do projeto Falcão que opera em apoio aos policiais que estão patrulhando em solo.

"Os índices de criminalidade tendem



Foto: Ricardo Almeida/Sesp-Pr

a diminuir com estas atuações policiais, graças à ação integrada das forças de segurança", comentou o prefeito de Cascavel, Leonaldo Paranhos, que participou do lançamento.

PRESENCAS

Também estiveram

presentes no lançamento da operação o comandante-geral da Polícia Militar do Paraná, coronel Jefferson Silva; o delegado-chefe da Divisão de da Polícia Civil de Cascavel, Rubens Miranda Júnior; o representante da Polícia Científica do

Paraná, Lenon Biancardi; o chefe de Segurança da Polícia Penal do Paraná, João Paulo Schlemper; e outras autoridades da região Oeste.

Em discurso no Plenário, deputado Luiz Fernando Guerra pede melhorias para caminhoneiros do Paraná

A sessão plenária desta terça-feira (21), da Assembleia Legislativa do Paraná, foi marcada por um pedido de melhores condições para os motoristas que dependem do Porto de Paranaguá. Com a fala muito bem fundamentada por números que mostram o Estado com recorde de exportações no primeiro quadrimestre de 2024, o deputado Luiz Fernando Guerra clamou por providências sobre as grandes filas que se formam no caminho até o Porto e as consequências que isso tem gerado.

Guerra enfatizou o recorde

histórico e agradeceu aos paranaenses pelos resultados conquistados nos primeiros meses de 2024, mas chamou a atenção para as reivindicações dos motoristas. "Nos primeiros quatro meses de 2024 atingimos um marco histórico de US\$ 7,47 bilhões em exportações. Este primeiro quadrimestre foi o melhor da série histórica, superando em 1,6% as receitas do mesmo período de 2023. O Paraná segue como líder de exportações da Região Sul e ocupa a quinta posição nacional, um resultado que muito nos orgulha. Contudo, grandes

conquistas apresentam novos desafios e hoje estamos com uma situação que precisa de atenção e solução", destacou.

O deputado citou as longas filas que se formam não só no acesso ao Porto, dentro do município de Paranaguá, mas também na rodovia que dá acesso ao litoral do estado. "Em virtude do aumento do volume de exportações e o maior número de caminhões, a demanda por estrutura e serviços tem crescido de forma significativa, impactando diretamente os caminhoneiros que operam nesta região",

complementou.

Luiz Fernando Guerra destacou que a maior queixa dos motoristas diz respeito à ausência de espaços adequados para o estacionamento dos caminhões. Por consequência, acabam parando ao lado da rodovia, correndo riscos, levando multas e por vezes enfrentando furtos e roubos de carga, o que têm gerado insegurança e medo aos profissionais. Também vale mencionar denúncias de prática de preços abusivos nos postos de combustíveis que estão optando por dar espaço somente aos clientes que abastecem um

valor mínimo.

O deputado afirmou que tomou medidas imediatas. "Protocolarei pedidos de informações e providências junto aos órgãos competentes, passando pela Secretaria de Infraestrutura e Logística dos Portos do Paraná, Secretaria da Administração e da Previdência, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Rodoviária Federal, Administração dos Portos e PROCON Paraná para que possamos dar boas condições aos motoristas do nosso estado", declarou.

O pedido também se

estendeu ao líder do Governo na Assembleia, deputado Hussein Bakri, para que o caso seja tratado com atenção e urgência. Bakri prometeu um debate com os responsáveis pelo Porto, para a próxima semana, para que, juntos, encontrem a melhor solução. Guerra elogiou o trabalho realizado pelo Governo do Estado nos últimos anos e finalizou seu discurso comprometido em lutar pela avanço dos serviços na região.